ÁRIÃO
EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.
A UNIÃO - João Pessoa, Paraíba - SEXTA-FEIRA, 8 de setembro de 2023
PUBLICIDADE LEGAL DIGITAL

Coremas Holding S.A.

CNPJ nº 37.016.163/0001-04

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		12,687	15,176	12,687	15,176
Tributos e contribuições a compensar		-	144	118	1,298
Adiantamentos diversos		-	1,000	-	1,000
Não circulante					
Caixa restrito	6	-	4,934	3,566	-
Partes relacionadas	7	22,076	23,848	22,076	23,848
	8	-	28,782	3,596	-
Imobilizado	9	-	214,924	214,924	-
Aluguel de direito de uso - Arrendamento	9	-	98	102	-
Investimentos	10	106,507	-	-	-
		106,507	66,250	211,501	42,700
		128,584	66,250	246,396	66,589
Total do ativo		128,584	66,350	246,396	66,589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores	11	10,13	6,632	57	6,632
Obrigações tributárias		398	2,529	-	2,529
Arrendamento mercantil a pagar		-	98	102	-
Instrumentos financeiros		-	1,000	-	1,000
Debêntures	12	47,213	47,213	47,213	47,213
		57,741	57,472	47,372	56,374
Não circulante					
Debêntures	12	36,021	65,869	36,021	65,869
Partes relacionadas	7	8	10,667	85	-
Arrendamento mercantil a pagar		-	98	102	-
		36,029	65,879	142,767	66,044
Patrimônio líquido					
Capital social	14.1	61,251	6,700	61,251	6,700
Prejuízos acumulados		(26,437)	(57,501)	(26,437)	(57,501)
		44,814	470	44,814	470
Total do passivo e do patrimônio líquido		128,584	66,350	246,396	66,589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

Demonstrações Resultados Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Custos Operacionais		-	-	(11,054)	(1,054)
Despesas operacionais		-	-	(11,054)	(1,054)
Despesas gerais e administrativas	16	(1,567)	(155)	(6,737)	(974)
Equivalência patrimonial	10	(4,470)	(337)	-	-
Despesas financeiras e despesas financeiras líquidas	17	(14,174)	(49)	(7,791)	(5,669)
Receitas financeiras		16	3	852	518
Despesas financeiras	16	(4,962)	(5,662)	(8,643)	(6,187)
Prejuízo antes do imposto renda e da contribuição social		(21,037)	(6,150)	(19,522)	(6,150)
Imposto renda e contribuição social		-	-	(552)	-
Prejuízo do exercício		(10,075)	(6,150)	(10,075)	(6,150)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

Demonstrações Do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo do exercício	(10,075)	(6,150)	(10,075)	(6,150)
Resultado abrangente do exercício	(10,075)	(6,150)	(10,075)	(6,150)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas

Demonstrações Mutações Do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de reais-R$, exceto quando de outra forma indicado)*

	Nota	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019		14.1 6.700	(4.470)	2.230
Integralização do capital		4.470	4.470	4.470
Prejuízo do exercício		-	(6.150)	(6.150)
Em 31 de dezembro de 2020		14 6.700	(6.230)	470
Redução de capital		14.1 (55.300)	-	(55.300)
Integralização do capital		14.2 54.551	-	54.551
Prejuízo do exercício		-	(10.075)	(10.075)
Em 31 de dezembro de 2021		61.251	(16.305)	44.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

Demonstrações Dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(10,075)	(6,150)	(10,075)	(6,150)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Juros sobre debêntures	-	5,635	-	5,635
Arrendamentos financeiros	4,572	-	6,863	-
Despesa financeira sobre arrendamento	-	-	19	6
Depreciação sobre direito de uso	-	-	4	-
Equivalência patrimonial	4,747	337	-	-
	(756)	(178)	(3,189)	(509)
Variações nos ativos e passivos				
Caixa restrito	-	-	(1,368)	13,934
Tributos e contribuições a compensar	-	-	(1,180)	(1,298)
Despesas antecipadas	-	-	(581)	-
Fornecedores	(22,068)	(8)	(22,068)	(8)
	(22,068)	**(8)**	**(25,793)**	**13,808**
Aumento (diminuição) de passivos				
Partes relacionadas	(4)	13	106,552	(3,835)
Fornecedores	3,501	6,632	3,501	6,632
Obrigações tributárias	398	(2,131)	398	(2,131)
	3903	**(14)**	**110,456**	**(3,920)**
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	(33,586)	(14,970)	(140,947)	(56,398)
Investimentos em controladas			(140,947)	(56,398)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(33,586)	(14,970)	(140,947)	(56,398)
Aumento de capital	42,000	40,353	42,000	40,353
Partes relacionadas	4,572	6,863	4,572	6,863
Aumento de capital	54,551	4,470	54,551	4,470
Fluxo líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	55,956	44,732	55,956	44,732
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(61)	(438)	1,683	(2,292)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	12,748	500	175	2,467
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	12,687	62	1,858	175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações individuais e consolidadas.

1. Partes relacionadas

Partes relacionadas	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo 2020	Passivo 2020	Resultado 2020
Coremas V	Empréstimo	7.521	-	-	-	-	-
Coremas V	Empréstimo	1.000	-	-	-	-	-
Rio Alto Energias Renováveis	Empréstimo	7.667	6	3	10	-	-
Coremas IV	Empréstimo	7.848	2	1	10	-	-
		22.076	**8**	**4**	**20**	**-**	**-**

Partes relacionadas	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Resultado	Consolidado 2021 Ativo	Consolidado 2021 Passivo	Consolidado 2021 Resultado
Coremas V	Empréstimo	7.181	-	-	-	-	-
Rio Alto Energias Renováveis	Empréstimo	7.667	6	3	10	-	-
Rio Alto Infraestrutura	Empréstimo	9.56	-	30	85	-	-
Rio Alto Miguel - Arrendamento	Arrendamento	-	98	4	102	-	-
		22.048	**104.027**	**33**	**197**	**-**	**-**

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e refletem os valores pactuados entre as partes. Os saldos em aberto são não garantidos e liquidáveis financeiramente entre as controladas do Grupo Rio Alto com o objetivo de atender necessidades de caixa de cada controlada, sem prejuízo das operações normais de cada uma delas.

2. Operações de controladas e controladas em conjunto

Controladas	Data-base das demonstrações financeiras	Participação (%) 31/12/2021	Participação (%) 31/12/2020
Coremas V Geração de Energia Elétrica S.A.	31/12/2021	100	Uma solar fotovoltaica
Coremas V Geração de Energia Elétrica S.A.	31/12/2021	100	Uma solar fotovoltaica
Coremas VI Geração de Energia Elétrica S.A.	31/12/2021	100	Uma solar fotovoltaica
Coremas VI Geração de Energia Elétrica S.A.	31/12/2021	100	Uma solar fotovoltaica

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Coremas Holding é de 99,99%, sendo 0,01% da Rio Alto Energia, Empreendimentos e Participações Ltda., enquanto em 31 de dezembro de 2019 a Coremas Holding era controlada pela Rio Alto Energia, Empreendimentos e Participações Ltda. com 99,99% de participação e a Rio Alto Energia, Empreendimentos e Participações Ltda. foi totalmente controlada pela Rio Alto Energias Renováveis S.A. (antiga Coremas Holding S.A.).

2.1. Controladas, coligadas e controladas em conjunto Em 31 de dezembro de 2021, as entidades controladas se apresentavam da seguinte forma: Coremas Holding S.A. (Coremas Holding), controlada em 31 de dezembro de 2020 pela Rio Alto Energias Renováveis S.A. (antiga Coremas Holding S.A.), controlada pela Rio Alto Energia, Empreendimentos e Participações Ltda. (Rio Alto Energia), controlada pela Rio Alto Holding S.A. (Rio Alto Holding), controlada pela Rio Alto Infraestrutura e Energias Renováveis S.A. ("Rio Alto Infraestrutura"). Referem-se a controles de arrendamento celebrados entre as controladas e o município de Coremas, PB, localizada na Fazenda Rio Tinto km, sem cobrança de aluguel e cessão de garagem de energia solar fotovoltaica: (i) Coremas V Geração de Energia SPE Ltda. ("Coremas V"), Constituída em 19 de setembro de 2019, a uma sociedade de propósito específico do tipo limitada, com sede em João Pessoa, PB, localizada na Fazenda Rio Tinto km, com altitude exclusiva de implantação de uma usina fotovoltaica no estado da Paraíba, para fornecer objeto social de geração de energia solar fotovoltaica; (ii) Coremas VI Geração de Energia SPE Ltda. ("Coremas VI"), Constituída em 12 de setembro de 2019, a uma sociedade de propósito específico do tipo limitada, com sede em João Pessoa, PB, localizada na Fazenda Rio Tinto km, com altitude exclusiva de implantação de uma usina fotovoltaica no estado da Paraíba, para fornecer objeto social de geração de energia solar fotovoltaica.

2.2. Alegações estimativas e prospectivas As demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que as individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, custos e despesas, ativos e passivos e divulgações de passivos contingentes adequadas quando necessário. Essas estimativas e premissas são baseadas em experiência histórica e outros fatores que a Administração acredita ser razoáveis nessas circunstâncias, porém devido a incertezas inerentes a tais estimativas e premissas, pode haver diferenças entre os valores contábeis e os futuros resultados. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos e as novas estimativas são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em quaisquer períodos futuros que sejam afetados. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas em estimativas na data do balanço, com relevante risco de provocar ajuste nos saldos contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **2.B.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** Ocorre quando o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) líquido dos ativos com o direito de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração do valor econômico. Quando ocorrer tais eventos ou mudanças nas circunstâncias, o valor contábil do ativo não deverá exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil do ativo ao valor recuperável, o montante da provisão é reconhecido no resultado. Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sofrido perda por redução ao valor recuperável são revisados para possível reversão da perda na data do balanço. **2.B.2. Vida útil econômica do imobilizado** Os ativos são classificados como descontinuados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo de capital da Companhia, o montante da provisão é reconhecido no resultado. Os ativos são depreciados pelo método linear, com base na estimativa de vida útil econômica, o valor residual e a vida útil econômica são revisados e ajustados, se necessário, quando cada período operacional é encerrado. **2.B.3. Provisão para desvalorização de estoques** Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção, ajustado ao valor de mercado, a Companhia reconhecerá o montante do ajuste, quando ocorrer. **2.B.4. Provisão para perdas de crédito esperadas** Para contas comerciais a receber e outros ativos financeiros, a Companhia mantém benefícios pós-emprego, a Companhia mantém benefícios pós-emprego, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro transferido. Conforme o CPC 48, no momento da baixa, a Companhia reconhecerá o ganho ou perda na baixa de um ativo financeiro. **2.B.5. Provisão para contingências** O método prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas de crédito esperadas geral se aplica a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao custo pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. *Baixa de ativos financeiros* A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais de fluxos de caixa do ativo financeiro expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Subjetivo* participação que seja criada ou retida pela Companhia em seus ativos financeiros ou ativos líquidos que se qualifiquem como instrumentos de hedge, quando aplicável, que se qualifiquem como instrumentos de hedge, quando aplicável. *Probabilidade* Quanto ao prazo e perda de valor de um ativo do direito total sob recomendações no resultado por exercício. *Custos subsequentes* São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Companhia e o custo do item pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente não reconhecidos no resultado, quando incorridos. *Depreciação* Não são depreciados ativos não depreciáveis a partir da data em que deixarem de ser classificados como ativos não circulantes mantidos para venda ou que sejam parte de um grupo classificado como mantido para venda, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que a construção é finalizada e o ativo está pronto para o uso pretendido pela Companhia. *Ativos de Longo Prazo* Os ativos de longo prazo são valores realizados estimados, utilizados o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. *Intangível* Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que o contrato de concessão de serviços se enquadre no escopo do CPC 04 (R1) e, nesse caso, o intangível gerado deverá ser classificado como ativo intangível de contrato. *Amortização* A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros e de alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. *Baixa* A Companhia reconhece as passivos de arrendamento para ativar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso para exercer o direito de usar o ativo subjacente ao longo do prazo do arrendamento. *Ativos de direito de uso* Os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, líquido de depreciação e perdas por redução ao valor e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é definido ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não forem pagos na data de início do arrendamento, líquido de pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. *Os ativos de direito de uso* são depreciados pelo prazo do arrendamento e pela vida útil econômica do ativo subjacente, o que for menor. *Ativo de direito de uso* Os ativos de direito de uso são apresentados em linha separada no balanço patrimonial. *Ativos e passivos de arrendamento* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para mensurar o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e montantes esperados a ser pagos pelo arrendatário sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o montante dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento realizados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação de uma opção de compra subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de baixo valor* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento do CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento na data de início do arrendamento seja de 12 meses ou menos). Ela também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. *Os ativos de direito de uso* são mensurados ao custo, incluindo o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, pagamentos de arrendamento feitos na data ou antes da data de início do arrendamento, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e estimativa dos custos a ser incorridos para desmontar e remover o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local no qual o ativo subjacente está localizado, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. *Os ativos de direito de uso* são depreciados no período mais curto entre o prazo do arrendamento e a vida útil dos ativos. A depreciação é reconhecida no resultado. *Ativos e passivos financeiros* Ativos são substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro transferido. Conforme o CPC 48, no momento da baixa, a Companhia reconhecerá o ganho ou perda na baixa de um ativo financeiro. *Ativos financeiros* Ativos são substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"), ou valor justo por meio do resultado ("VJR"). *Ativos financeiros* Ativos são substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos financeiros mensurados Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, ao VJR inclui juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros mensurados Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, ao VJORA inclui juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros mensurados Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. O resultado líquido, ao VJR, é reconhecido no resultado. *Ativos financeiros mensurados* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. O resultado líquido, ao VJORA, é reconhecido no resultado. *Ativos financeiros* Ativos são substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro transferido. *Ativos financeiros* Ativos são substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro